

com Daniel **Necessária mas não suficiente**

O ministro Fernando Henrique Cardoso acaba de receber importante apoio de dois conhecidos economistas. O ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen e o sr. Daniel Dantas afirmaram que o atual titular vem trilhando o caminho certo, devendo porém — desde que bem-sucedido na sua primeira tentativa — dar um passo a mais para chegar aos seus objetivos.

Entretanto, observa-se nos círculos acadêmicos uma tendência de crítica ao ministro Fernando Henrique Cardoso por não ter ainda tomado medidas diretas para conter a inflação. Um especialista com a experiência de Mário Henrique Simonsen declara abertamente que a decisão do governo de equilibrar as contas públicas é absolutamente necessária, mas não suficiente. De fato, impõe-se ao governo desmantelar toda a legislação relativa à indexação; mas, não obtido o equilíbrio orçamentário, nenhuma tentativa de estabilização oferecerá frutos. Pode-se entender, assim, que o ministro da Fazenda, até agora ainda não seguro de conseguir em equilíbrio das contas públicas, não esteja tentando mais um passo à frente, o que, na realidade, resultaria em malogro. Hoje, duas exigências básicas antecedem a estabilização da economia: o equilíbrio orçamentário (com pequeno superávit que garanta certa margem de segurança) e, por intermédio do processo de privatização, uma reforma patrimonial que permita a redução da dívida interna.

O ministro Fernando Henrique Cardoso está ciente de que só poderá dar outro passo quando tiver a certeza de que já estará dispondo das citadas condições. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen reconhece que o titular da Fazen-

da tem “uma equipe extremamente competente” para levar adiante sua política. Tanto ele quanto Daniel Dantas concordam em que a segunda fase dessa política será mais facilmente implementada.

A única coisa a fazer depois de obtido o equilíbrio das contas públicas será desregulamentar a indexação, objetivo que convém bem distinguir da extinção da indexação. Cumprirá aos agentes econômicos determinar a taxa de remuneração dos seus contratos, e, às empresas, estabelecer livremente os salários depois de entendimentos com os interessados e ainda fixar seus preços.

Não mais em função dos respectivos índices, mas dos custos de produção. É a solução preconizada por Roberto Campos. É possível, segundo os economistas entrevistados, optar pelo que chamam a “solução Edmar Bacha”, que preconiza uma prefixação dos salários, da taxa cambial e dos preços. Por se tratar de um integrante da equipe de Fernando Henrique Cardoso, pode-se conjecturar que será mais nessa direção (com uma âncora cambial prefixada) que a política poderá marchar. Mas cumpre lembrar a grande lição: sem ajuste fiscal não poderá haver uma política econômica eficiente.

